

EDITORIAL

OUTRA FACE OBSCENA DA ECONOMIA CAPITALISTA

Um artista alemão contou que diante do que foi o atentado de 11 de setembro nos EUA a sua arte era insignificante. Ao que parece, esse país tem-se tornado palco de outras artes, também de produção coletiva. Essa tal "arte", é destinada a tapar o sol com uma peneira. Estamos falando da arte de fraudar balanços que, ao que tudo indica, deve tornar-se a nova tecnologia de ponta da "locomotiva" da economia mundial. Não existe nada de novo em fraudar balanços. Marx já descrevia o sobre "modo de operar" dessas fraudes em seu "O Capital". O que tem de novo é que esta é uma obra-prima por se tratar de uma fraude sistêmica, a primeira a ser orquestrada, executada e monitorada pela máquina estatal de um país. E não qualquer país, mas a "locomotiva".

Os escândalos começaram pela Eron. Essa empresa redigiu todo o programa energético do atual governo norte-americano, foi a principal financiadora da campanha eleitoral do atual presidente americano, George W. Bush. Também apoiou a invasão do Afeganistão, com a finalidade de proteger as reservas de gás que a companhia queria explorar. O próprio Bush está sob suspeita.

O mesmo caminho de fraudes trilhou outro peso-pesado do setor de comunicações, a WordCom e logo depois vieram a Tyco, Vivendi, Martha Stewart Living, Im Com, Staley Steel, apenas para citar os casos mais famosos e estrondosos.

A ÚNICA COISA ETERNA: A MUDANÇA

Para quem sonhava com a prosperidade eterna, é hora de acordar. Com a agudização da crise capitalista, e com a queda da taxa de lucro da economia, as fraudes contábeis e outras praticas criminosas foram as saídas encontradas pelas empresas norte-americanas para impulsionar os preços das ações e beneficiar, no curto prazo, os grandes acionistas e os administradores remunerados com opções de compra de papéis das empresas. As fraudes consistiram basicamente do superdimensionamento do faturamento e da ocultação das dívidas. Para tanto foram criadas vendas fictícias, empresas de fachada (destinadas a carregar dívidas) e despesas transformadas em investimentos.

MAIS UMA VEZ A FATURA É EMITIDA PARA OS TRABALHADORES

Com os balanços devidamente maquiados, as ações das empresas foram às nuvens, infladas artificialmente pelas fraudes. No momento certo os operadores do mercado vendiam as ações e conseguiam embolsar milhões de dólares. Quando as falcatruas foram descobertas, os preços das ações desabaram e os pequenos investidores pagaram a conta. Os fundos de pensões dos trabalhadores foram os mais atingidos pela série de fraudes contábeis e financeiras, por terem em suas carteiras, em média, 50% em ações das empresas envolvidas nos escândalos. Enquanto os "especialistas do mercado" aproveitaram a oportunidade para vender as ações dessas empresas, os empregados, além de enfrentar o problema da demissão, viram o dinheiro de suas aposentadorias virar fumaça. Assim, as fraudes foram uma grande e orquestrada operação de roubo da poupança dos trabalhadores americanos, o que fez o curralito argentino parecer brincadeira de criança.

ASSALTO.COM

A empresa líder mundial em comunicações empresarial, WordCom, após a descoberta das fraudes, teve o preço de suas ações reduzido a 13 centavos de dólar. Apenas valem mais do que as ações da Eron, que não valem Nada. Existe hoje, não sem razão, um grande temor por parte das autoridades monetárias norte-americanas de um

crash de grandes proporções, superior ao dos anos 30, gerado pelo efeito colateral do golpe que é a desconfiança dos investidores em relação aos números divulgados pelas empresas.

A onda de golpes no mercado de ações e de falências fraudulentas põe sob suspeita também as contas nacionais que indicaram um crescimento de produtividade de 5,8% no primeiro trimestre de 2002. A participação de grandes empresas de auditoria e a descoberta de que a banca americana está enterrada até o pescoço nas fraudes contábeis dão o toque sutil a esta obra que é marcada pela cumplicidade entre o governo, as grandes empresas e os bancos.

Claro que roubo, fraude e extorsão não chegam a ser novidade para um Modo de Produção que se reproduz sob a égide da exploração. A novidade nesse caso é a sincronia, a orquestração, a dimensão e as cifras envolvidas, que só é possível de acontecer em um capitalismo avançado, onde um pequeno número de grandes empresas dá as cartas e domina o essencial da economia, onde um punhado de famílias pode traçar e executar um plano de assalto coletivo com a ajuda indispensável do Estado.

Certamente o pior está por vir. Esta é apenas a ponta do *iceberg*. Apesar das cifras envolvidas nas fraudes, o risco da operação evidencia um certo desespero, pois, apesar de conseguirem arrancar o ovo de ouro da galinha, tiveram de fazê-lo belo bico. Se o capitalismo americano tivesse alguma perspectiva de fazer subir a taxa de lucro do capital, o que implicaria espaço para investimento e realização de lucros, não se arriscaria a meter-se em uma pilhagem que pode comprometer as operações das bolsas de valores.

MUNDO

A QUEDA LIVRE DOS CHAMADOS "EMERGENTES"

1. Intróito

Na edição anterior de *Germinal* (março/abril 2002), empreendemos uma visão de conjunto da crise capitalista atual, uma crise, como ressaltávamos então, sincronizada mundialmente, envolvendo praticamente todos os países do mundo, com duração tendencial, até o momento, de cerca de 30 anos. Esta crise tem início, como vimos, na forte recessão (superprodução) de 1973/74, combinada com a crise do taylorismo/fordismo, da social-democracia e com o desfecho do processo de luta de classes na década de 70.

Como tratávamos da crise do conjunto da economia mundial, com ênfase nas nações imperialistas — Japão, Alemanha, EUA, etc. —, não havia espaço, naquela matéria, para tratarmos, no conjunto da crise global, da crise particular dos chamados "países emergentes", países, como Brasil, Argentina, México, Chile, Índia, Egito, Irã, Iraque, Malásia, Indonésia, "Tigres Asiáticos", entre outros, que tentaram uma industrialização tardia entre as primeiras décadas até os meados do século XX — muito depois, portanto, da industrialização dos principais países imperialistas que iniciaram sua industrialização entre os séculos XVIII e XIX.

2. Distinções fundamentais

Apesar de que entre os países imperialistas e os chamados "emergentes" existe uma essência comum — ambos os tipos lastreiam — se no mesmo modo de produção capitalista, o que equivale a dizer que se pautam pelas mesmas leis gerais da produção capitalista (expropriação/reconversão da mais-valia, crises cíclicas de superprodução, etc.) —, existem, no entanto, diferenças históricas, estruturais e sociais que não podem ser deixadas de lado, se se deseja reconhecer a especificidade do *débâcle*, muito mais grave do que o dos países imperialistas, das chamadas "nações emergentes". Uma queda, como se verá, muito mais profunda e definitiva — das quais as da Argentina, Colômbia, Venezuela são apenas as primeiras manifestações.

O caso de crise recorrente dos chamados “países emergentes” tem alguns aspectos fundamentais, de caráter estrutural, social e político, a serem levados em consideração antes que ênfases sejam dadas a problemas secundários, que são mais resultados do que determinações primárias — como o de considerar, como se faz amiúde, que questões como a moeda, o déficit público, as taxas de câmbio ou as taxas de juros, entre outros, constituem o centro da crise.

Destacamos, a seguir, o que nos parece constituírem esses problemas básicos. O primeiro deles diz respeito às seculares diferenças das forças produtivas do trabalho entre os países imperialistas e os “emergentes”. O segundo problema consiste no fato histórico de que, enquanto os chamados “países centrais” levaram, paulatinamente, mais de dois séculos para se industrializarem, os ditos “emergentes” se industrializaram tardiamente, abruptamente — no caso do Brasil, em menos de 30 anos (a rigor, de Vargas a JK esta estrutura produtiva básica já estava implantada). O terceiro problema consiste na crise de superprodução, que só faz potencializar e tornar mais crônica esta situação já de si e para si crítica. O problema seguinte, o político, o mais fundamental de todos — nunca levado em consideração pelos economistas oficiais e, não raro também, pelos intelectuais universitários — refere-se à luta de classes, processo este muito diferenciado entre as duas ordens de países.

3. Os economistas e o fetiche da moeda

Começemos a desmistificação pelo caso da moeda. Como não é difícil entender, um país “emergente” — como a Argentina acaba de demonstrar depois de tanta teimosia — não pode manter a paridade 1:1 entre sua moeda e o dólar. A tendência, mais do que normal, é o dólar continuar mais valorizado, e isto por conta das vantagens da produção capitalista americana em relação à produção dos “emergentes”, que leva a uma procura muito maior pelo dólar. É aí que reside o imbróglio da política cambial desses países. Mais cedo ou mais tarde, o governo do “país emergente” acaba por desvalorizar sua moeda diante do dólar — fato que aconteceu antes com o Brasil, agora com a Argentina. Esta desvalorização não torna a economia “emergente” estruturalmente mais competitiva, mas só um pouco mais atraente e rendosa para os exportadores, que passam a receber mais pesos por unidade exportada e paga, do exterior, em dólares. É a “competitividade” dos tolos.

Agora, vamos supor que o “emergente” emita moeda escritural em dobro sem correspondência com o aumento da produção de mercadorias. (Os EUA podem até, também, recorrer a emissões, embora numa escala menor; mas, para efeito de argumentação, podemos supor que o não tenha feito). Nestes termos, a unidade de moeda americana valerá, de fato, 2 unidades da moeda do “emergente”. Quem quisesse adquirir um determinado tipo de produto industrializado teria de comprá-lo, digamos, por 1 dólar nos EUA ou por 2 unidades monetárias do “emergente”. Como os EUA vendem mais produtos industrializados em geral do que qualquer “emergente”, os dólares, que são a moeda de troca internacional, chegam menos ao “emergente” e mais aos EUA. Mas o “emergente” precisa de dólares para pagar importações, sobretudo de meios de produção. Têm, portanto, forçosamente de tomar emprestado, contrair dívidas, rolar títulos e aquelas coisas a mais das quais já temos farto conhecimento. Fazem seus contratos de pagamento referenciados ao dólar e toda vez que o peso for desvalorizado as dívidas em peso aumentam. Por isso, é perigoso desvalorizar a moeda nacional ante o dólar — mas, não desvalorizá-la, também complica.

Por tudo o que se viu até aqui, a manutenção do câmbio fixo comporta, na ausência de uma produção altamente produtiva, uma política anti-competitiva — principalmente para os exportadores. Acabamos de ver um dos motivos centrais da fixação das taxas de câmbio, o bastante para perceber que a fixação desta taxa de câmbio, portanto do valor nominal da moeda, não deriva de si mesma, mas como uma consequência da falta de condições estruturais e políticas de competição; ou seja, que as determinações do valor

relativo da moeda encontram-se em circunstâncias que correm na esfera da base produtiva, e não na sua superestrutura.

Todavia, à medida que países como a Argentina, Brasil, México, etc. se industrializam e, por isso mesmo e também por crises nas suas produções especializadas para exportações (carne, café, cacau, etc.), se vêem forçados a diversificar sua pauta de exportações, nela incluindo produtos industrializados, o que, aparentemente, poderia parecer um leque ampliado de alternativas, acaba se revelando uma armadilha à medida que seus produtos, com menores chances de concorrência com similares produzidos pelos países imperialistas — como resultado da menor produtividade e de uma moeda supervalorizada (para não falar dos bloqueios impostos a tais exportações pelos países imperialistas) —, não conseguem decolar suas exportações, propiciar a coleta de divisas e evitar a escalada da dívida, o que reforça os empréstimos e o glamour da valorização forçada da moeda nacional.

Muitos economistas, na verdade quase todos, aviam uma receita só: a desvalorização progressiva da moeda nacional ante o dólar. Do lado das exportações, ameniza, mas, como a experiência tem demonstrado, não resolve, pois permanece a condição mais básica da baixa força produtiva do trabalho — e, agora também, da crise de superprodução. Do lado do pagamento dos empréstimos, apenas dilui as perdas em parcelas mais homeopáticas. Deste mal básico também sofre a economia brasileira com sua taxa cambial móvel — porque nenhum dos problemas estruturais foi resolvido (e nem poderia ser). Mas, seja como for e na medida em que for, nada disso resolve um problema que é o de como produz e se articula, na estrutura (produção e circulação) imperialista internacional, economias cujos problemas são mais básicos e profundos do que pensa a atual economia vulgar.

4. A força produtiva do trabalho

No quadro geral dessas economias que se industrializaram tardiamente, a força produtiva média do trabalho (produtividade) é tão inferior à dos países desenvolvidos, que retira aos primeiros as mínimas condições de competitividade — o que, normalmente, prejudica o alcance do mercado interno, quando grupos estrangeiros produzem mercadorias para ali serem realizadas, e, a *fortiori*, também do mercado externo, nos quais os produtos encontram extrema dificuldade de ser colocados, situação que acaba por se agravar em épocas de crise de superprodução sincronizada. A exceção fica por conta das “ilhas de excelência” imperialistas e associadas — como a Ford, a Aracruz e outras —, que se instalam à base de imensos incentivos físicos, financeiros e fiscais, de mão-de-obra barata e que se articulam a estratégias no âmbito do neoliberalismo mundial, que se instalam na elite do comércio internacional. Porém, na média, a produtividade geral dessas economias é muito inferior à dos países imperialistas industrializados.

Desta dificuldade resultam os déficits externos crônicos e crescentes, as impagáveis dívidas externas, a necessária evasão de divisas, os empréstimos e a pressão resultante, por parte do FMI (e do BIRD) e de credores internacionais, por meio dos famosos “programas de ajuste”, que nada mais são do que excelentes oportunidades de intervenção ainda maior dos capitais e Estados imperialistas para desviar recursos internos pela forma de juros e parcelas da dívida e redirecionarem a estrutura produtiva de acordo com os interesses dos capitais imperialistas com seus associados internos.

Este problema, que se aprofunda dia a dia, na crista de uma crise de superprodução que já festeja seus mais de trinta anos de idade, é insolúvel nos marcos da estrutura mundial e imperialista do capital.

5. O problema da industrialização tardia.

Nos países desenvolvidos, não obstante ter sido sempre elevada a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia, um amplo mercado consumidor foi sendo

formado por uma plataforma de produção e diferenciação econômica que foi sendo formada lentamente e que teve na abertura, na inclusão e na exploração de outros espaços mundiais para investimentos de capitais e realização de mercadorias (outros mercados nas colônias e ex-colônias, franqueadas à acumulação imperialista a partir da Segunda Guerra Mundial) a garantia de que o esgotamento do mercado e uma situação de superprodução recorrente demorasse a acontecer.

Nos países tardiamente industrializados — ou só relativamente industrializados —, como Argentina, Brasil, México, Venezuela e outros, a implantação abrupta e maciça de estruturas de produção gigantescas (monopólios, oligopólios, multinacionais, etc.), não podendo apoiar-se num mercado de massa (interno e externo) como o daqueles países, e partindo de uma escassa massa de renda, rarefeita e muito mal distribuída — social e regionalmente —, permitiu que em apenas algumas décadas aquelas estruturas gigantes de produção, também gigantescas estruturas de sucção de mais-valia e de concentração voraz da renda e do próprio capital, esgotasse muito cedo um espaço de realização que se via atrasado em relação ao processo de superacumulação. Como a industrialização desses países prescindiu de uma reforma agrária que, se tivesse sido socialmente possível ou economicamente necessária, poderia, em tese e desde cedo, distribuir e ampliar a renda e o mercado, este ficou, com mais razão, muito aquém da capacidade de produção, configurando — ou reiterando — uma situação de superprodução crônica. O excedente produzível não podia ser realizado nem no âmbito interno e nem no externo.

Nesses países, no lugar de uma plataforma de produção e de circulação que tivesse sido criada paulatinamente — como nos países ditos “centrais”, cuja plataforma se constituiu desde a acumulação primitiva, passando pelo capitalismo liberal de concorrência e a fase da expansão imperialista, em que durante todo o processo, malgrado as crises de superprodução, amplos mercados internos eram completados por um também amplo mercado externo sob ininterrupto crescimento horizontal —, o que se viu foi um capitalismo tardio, que nascera de formas pré-capitalistas não industrializadas, não raro escravistas, com nível geral de renda baixo e concentradíssimo (não formando, à partida, amplos mercados consumidores), voltados basicamente para esses restritos mercados nacionais, sem amplo acesso ao mercado externo. Dentro disso, quando a industrialização chegou a esses países — décadas de 30, 40, 50 e 60 —, já trouxe consigo estruturas produtivas tão formadas, potentes e concentradoras que, em cerca de três ou quatro décadas, apenas, sugaram a renda, pelos baixos salários, pelo sucateamento das estruturas pré-existentes e por uma taxa de mais-valia altíssima, que o mercado interno (espaço de realização) se tornou impotente para evitar uma crise de produtividade e de superprodução recorrente e que se precipita a cada dia.

É esta a razão pela qual esses países só apresentam uma perspectiva no horizonte empírico visível: a quebra das nações tardiamente industrializadas, com seus Estados e suas instituições, tal como acontece com a Argentina e deverá acontecer com Venezuela, México e Brasil, proximamente. É esta a mesma razão pela qual a sucção, qual gigantesco aspirador de pó sobre uma superfície com pouco e disperso pó, despovoou, de gente, de renda, de economia, de Estados — e até de animais e savanas — a todo um continente, o africano, muito em especial, mas não exclusivamente, a África Central ou Subsaariana. Para quem ficou de fora e deixou de ser consumidor e doador de mais-valia ou de qualquer outra forma de excedente, restou um amargo consolo: o extermínio. A África foi apenas um posto avançado. O Afeganistão repete a África em perspectiva. Depois disso tem mais. Se o capitalismo não pode mais alcançar a magnitude da população do globo, é a magnitude da população do globo que tem de ser reduzida até alcançar as possibilidades, já impotentes, do capitalismo. Pelo menos é o que se deduz claramente de sua lógica e de sua estratégia de ocupação geral da Terra.

6. A crise de superprodução.

Os problemas básicos e intransponíveis dos países atrasados se devem, como vimos, não de fenômenos como moeda e política monetária, receita e política tributária, câmbio e política cambial, mas de leis e processos que emanam das profundezas do modo de produção capitalista desses países, na sua articulação com a estrutura imperialista mundial.

Por sobre esses problemas surge, a partir dos anos 70, uma crise de superprodução que apanha tanto os países desenvolvidos como os atrasados e os ditos "emergentes". Nem os famosos "gatos" e "tigres" asiáticos, que eram tidos como exemplo final de êxito a ser seguido, escaparam — nem mesmo a maravilha do Japão; nem mesmo, agora, os EUA. Pior ainda é a situação dos atrasados e "emergentes", que viraram e estão virando "terra arrasada". A reestruturação produtiva e, em função dela, o neoliberalismo — monitorado pelo grande capital financeiro mundial por meio de suas instituições testas de ferro, o BIRD e o FMI — sucatearam tais economias e levaram seus problemas básicos ao estado de paroxismo.

Como resultado disso, uma prolongada recessão, ou melhor, repetidas recessões no interior de uma crise de superprodução imbricada com uma crise financeira, que já completam cerca de 30 anos. Como o desemprego, as baixas rendas e os miseráveis salários tornaram-se, em nome da "flexibilização das relações de trabalho" e, principalmente, de uma intensa tecnologia em relações de produção capitalistas potenciadas pela concentração, fatos crônicos que atingiram quase a metade da população, veio à tona a questão da composição orgânica do capital e da restrição do espaço de realização (venda de mercadorias), que exibiu uma alta margem de capacidade ociosa e, com ela, a mais prolongada e sincronizada crise de superprodução da história do capital. Esta crise só veio aflorar as debilidades crônicas que a produção capitalista já comportava dentro de si. Diante de tudo isso, colocar a moeda no centro da crise de qualquer desses países parece brincadeira.

7. A luta de classes.

As chamadas "revoluções burguesas" dos "emergentes" — como as famosas revoluções de 1910 no México e a de 30 no Brasil — foram, se comparadas com as revoluções burguesas clássicas — inglesa, francesa, americana, etc. — apenas simulacros de revoluções. Enquanto que, pela envergadura social (participação massiva de operários e camponeses) das revoluções clássicas, a massa popular pôde reunir forças sociais e políticas para, pelo menos, reivindicar salários maiores — ainda que a taxa de exploração do trabalho fosse maior naqueles países —, e desta forma manter um mercado interno de massa (ampliado com o mercado externo sempre em expansão até o pós-Guerra), as limitadas "revoluções burguesas" dos "emergentes" (na maioria meros "golpes de Estado", sem participação efetiva de massa) não deram a operários e camponeses nem a consciência, nem a coesão social e nem a força de pressão capazes de evitar a rápida e aguda concentração da renda que acabou por estreitar o mercado consumidor de tal maneira que a situação de superprodução se tornou crônica.

Por outro lado, em países como Brasil, Argentina, México e outros, não ocorreu a implantação de um "modelo" social-democrata como em países europeus (Alemanha, Suécia, etc.). Mas o populismo, que nascera como braço político-sindical do Estado nesses países recém-industrializados, portou traços de alguma forma semelhantes aos da social-democracia. De maneira semelhante, serviu, amparado pelos "partidos comunistas" de orientação stalinista, de anestésico na consciência das massas trabalhadoras — e de tal forma que nunca essas massas puderam organizar-se à base de um projeto político socialista que fizesse frente à ação, à política e à ideologia nacional-reformista-desenvolvimentista das burguesias desses países ou, depois, das políticas imperialistas/associadas de dominação. Nem mesmo foram as massas preparadas para enfrentar os golpes e as ditaduras de direita desses segmentos do capital. Quando o velho reformismo encerrou seu ciclo, a nova e efetiva social-democracia, chegada, com atraso, na América Latina, por volta do início da década de 90, deu continuidade ao processo de

desarmamento político e ideológico das massas trabalhadoras e desempregadas. Neste sentido, essas forças de “esquerda” foram, sem erro, co-patrocinadoras de uma situação que levou às ditaduras e à implantação de um neoliberalismo a todo vapor.

Em outros países — Irã, Nicarágua, Cuba, etc. — existiam, independentemente de seu conteúdo, forças galvanizadoras das massas que as puseram no caminho da revolução, ainda que de revoluções inconseqüentes, uma delas, inclusive, sob a orientação da ideologia fundamentalista islâmica.

Como resultado deste amplo, massivo e profundo anestésico, as massas populares reagem, hoje, diante de uma visível situação revolucionária em marcha, sem unidade, sem projeto, sem direção e, portanto, de forma improdutivo, tornando-se presa fácil de manobras e de massacres como nunca existiram até aqui. Por falta de uma orientação que lhes foi negada, não conseguem fugir de uma reação que é, de ponta a ponta, irracional e irracionalista .

Convém, contudo, não esquecer que, malgrado o caráter das direções, índios e camponeses criaram, no México, uma organização não-sindical, uma população um pouco mais diferenciada criou, no Equador, no ano atrasado, uma ampla organização conselhistas e, no Brasil, também malgrado algumas direções, alguns movimentos, com o dos sem-terra, inventaram uma forma nova de combate. Resta saber que desdobramentos políticos e organizativos esses e outros movimentos tomarão, num futuro próximo, empurrados por uma crise, que, esta sim, veio para ficar.

CRISE ARGENTINA

A SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA ARGENTINA E AS PERSPECTIVAS DA CLASSE TRABALHADORA

“Cegos e parvos os que acreditam que se toma o caminho das revoltas por amor à tempestade e pela vontade de sentir o cheiro da pólvora - que, contrariando a lenda, empesta em lugar de embalsamar, e peço o testemunho dos que a cheiraram, por pouco que seja. É preciso Ter chegado ao desespero, por si ou pelos outros, e então se desce de sua mansarda ou se sai de sua choça, deixa-se sua biblioteca ou sua loja; não há mais trabalho, justiça, nada sobre o chão e o horizonte, e a guerra civil começa!”

Jules Vallet (Cronista da Comuna de Paris)

Este número do Germinal já trata, em uma outra matéria, do caráter da crise vivida pela economia argentina bem como do caráter e do padrão dos movimentos e das organizações operárias dos países chamados “emergentes”, sobretudo os nossos vizinhos da América Latina. Trataremos aqui de como os trabalhadores argentinos reagiram e se comportaram e se comportam (já que a crise ainda não foi dissipada) diante da situação revolucionária em curso naquele país, e onde reside o “racha” da burguesia que possibilitou a sua eclosão.

Faz-se necessário também desmistificar alguns ideólogos do capital que insistem na tese da “peculiaridade” da crise argentina e na tese do “erro de condução”. Certamente que a economia daquele país tem as suas particularidades mas, certamente, o que sobressai é exatamente a semelhança do modelo econômico ali implantado com os modelos impostos aos demais países ditos “emergentes”.

A crise argentina é alardeada, como aconteceu em todas as crises recentes dos “emergentes”, como uma crise financeira espetacular, com direito a corrida bancárias, desvalorização da moeda, etc. É por esta aparência que a crise é abordada e ganha os canais da grande imprensa. Entretanto, não é aí que reside o epicentro do terremoto. Tanto é assim que de nada adiantam as cataplasmas e remédios financeiros ministrados pelos Cavallos de plantão. Na Argentina, o que foi abaixo foi toda uma estrutura, um modelo de reprodução e acumulação de capital, um complexo de relações em que estão incluídas as relações com a economia mundial e o capital financeiro-imperialista, como se extrai mais-valia aos trabalhadores e a sua apropriação, como se estruturam as distintas classes e seus setores, o rol do Estado e como este regula (ou não) essa totalidade, etc.

Um dos “paradigmas” da cartilha neoliberal, a derrubada das barreiras alfandegárias, ou a “abertura” econômica, que levou os países periféricos a se “globalizarem”,

integrarem-se quase sem barreiras nem mediações com a economia mundial, com uma inserção pobre, desfavorável e absolutamente submetida à vontade e aos interesses dos bancos estrangeiros, das multinacionais e seu "inspetor", o FMI, é uma das causas dessas recentes crises, onde economias como a Argentina que tem uma base industrial assentada na exportação de alguns produtos primários (grãos, energia, siderurgia, alumínio, etc.) e algo de agroindústria, que dão emprego a um número ínfimo de trabalhadores, enquanto a "abertura" varre com a maior parte da antiga indústria que ocupava o resto da força-de-trabalho. Em um país onde se deixou de fabricar quase tudo, desde bobinas elétricas até *barbante*, a metade de seus 37 milhões habitantes sofrem mais que os outros.

Além do sucateamento da indústria, o governo, visando "premiar" os investidores estrangeiros que adquiriram as empresas estatais, concedeu-lhes reajustes tarifários, com preços já dolarizados, (gás, energia elétrica, gasolina, diesel, etc.), tornado-as mais caras do que na Europa ou EUA. Com os preços dos insumos e tarifas demasiadamente altos, reduz mais ainda a possibilidade para que grande parte da produção argentina possa competir no mercado mundial.

O processo de "estrangeirização", via venda das empresas estatais e das privadas, não significou a entrada de capitais para novos investimentos ou até mesmo para diminuir a defasagem tecnológica do parque industrial. Essas empresas que geram uma torrente de lucros, não os tem reinvestido no país, simplesmente os remetem para as suas matrizes no exterior. O sistema financeiro argentino, na sua quase totalidade, está nas mãos de bancos internacionais, com ênfase para o capital espanhol e norte-americano, que tomam dólares a 6% ao ano e os empresta a partir de 30% até 60%, e cuja principal tarefa tem sido a de organizar a fuga de U\$ 40 bi desde que começou a crise. Outro "paradigma" da cartilha neoliberal é levado a cabo: o Estado mínimo. Na Argentina, além do monopólio da força e da repressão, a principal função do Estado é arrecadar (e ajustar) para pagar o serviço da dívida que foi crescendo a um ritmo acelerado.

Os famosos "investimentos" dos anos 90 não geraram um só ramo novo e moderno da economia nem reconverteram as existentes para competir no mercado mundial. Esses capitais não iam para novos investimentos produtivos. Eram capitais especulativos (que logo voavam), ou que eram investidos na compra de empresas estatais e privadas já existentes.

O sucateamento da indústria, o desemprego, Juntamente com o agravamento da crise mundial de superprodução, levou o "modelo" argentino a pique, galgado em três déficits correlacionados: 1º) do comércio exterior (exportação e importações), 2º) do balanço de pagamentos (entrada-saída de capitais), 3º) do orçamento do Estado (arrecadação e gastos). A essência da crise encontra-se, portanto, na base produtiva da economia. A crise financeira é, portanto, um fenômeno que é deliberadamente colocado como sendo a causa da crise, quando na verdade trata-se de consequência de uma crise muito mais grave, profunda e de difícil solução.

A situação acima levou ao efeito bola-de-neve: os déficits eram colmatados por via de novos empréstimos, que aumentavam a dívida e os riscos dos emprestadores e, conseqüentemente, elevavam-se os juros e os serviços. Os ajustes "clássicos", via arrocho salarial e aumento da carga tributária levavam a uma retração ainda maior da economia. Por via do comércio exterior não se conseguia reativar a economia por conta do perfil produtivo e os investimentos produtivos diretos, esses nunca vieram. Resultado: arrecadação em baixa, serviços da dívida em alta, daí mais ajustes, mais recessão, menos arrecadação, mais ajustes...

QUAL A ALTERNATIVA APRESENTADA PELA BURGUESIA À CRISE?

Os "de cima já não podem continuar explorando como antes" pois o modelo de exploração entrou em colapso. Não obstante os discursos da burguesia, de caráter "anti-neoliberal", nenhum dos seus segmentos apresenta projeto radicalmente distinto. O máximo que conseguem fazer é apresentar "listas de recomendações" e proposições de "remendos", que diferem entre si pelo fato de que cada setor propõe medidas para salvar-se primeiro.

O impasse do governo e da burguesia em apresentar "alternativas" à crise dá-se devido às mudanças que ocorrem em escala mundial, com a posição que ocupa o país no mundo, o seu grau de submissão ao imperialismo, a relação entre as classes no país, como se articula o bloco dominante, etc.

A ausência de alternativas (medidas que já se tornaram clássicas e têm sido tomadas por governos capitalistas em situação de "emergência nacional") como nacionalização do sistema financeiro e do comércio exterior, estatização de indústrias e empresas "estratégicas", etc., não podem figurar em nenhum plano de governo pois significaria ir de encontro aos interesses do núcleo mais forte do capital: os bancos, as empresas privatizadas, as transnacionais, etc.

As recentes "recomendações" do FMI não deixam dúvidas quanto às intenções do *big brother* de Washington: Corte de 70% no orçamento das províncias (onde já não funcionam serviços essenciais, desde os correios até a coleta de lixo e os funcionários públicos estão há vários meses sem receber salários), exigência da liquidação da lei de subversão bancária — da época da ditadura militar, para punir os "excessos" dos bancos, saída dos "currálicos" com imposição de papéis [títulos resgatáveis(?) a perder de vista] à população.

Ironicamente o único ponto de "consenso" entre os diversos setores do capital, expresso pelos diversos prosares dos partidos peronistas, radical e de centro-esquerda, é o "combate" ao neoliberalismo. Pelo menos no discurso, até mesmo Duhalde, atual presidente e ex-vice de Menem que, junto com Cavallo implantou o atual modelo há dez anos, hoje arvora-se em se colocar como paladino no combate ao neoliberalismo. Claro, estão jogando para a torcida. Uma torcida enraivecida.

O "RACHA" NO BLOCO DE PODER OU CRISE NO TOPO

A consolidação do bloco burguês que respaldou este plano, "que está fazendo água", deu-se há 10 anos, no apogeu da dupla Menem-Cavallo. Constituiu-se de distintos setores capitalistas, com interesses nem sempre coincidentes, porém, todos eles beneficiados pelas mudanças. Os industriais, por um lado perdiam competitividade internacional com a paridade peso/dólar de 1 para 1, por outro lado eram compensados com o aumento da exploração sobre os trabalhadores e o arrocho salarial, etc.

A hegemonização do bloco ficou por conta do setor financeiro (na Argentina os bancos são quase 100% estrangeiros), das transnacionais radicadas no país, empresas estatais privatizadas (Repsol-YPF, Telefônica, etc.) e os credores estrangeiros. À medida que a crise aprofundava-se e tornava impossível atender a todos os interesses, principalmente aos sócios menores do "esquema", no caso os distintos setores industriais, hoje quase todos em crise, foram aparecendo as fissuras e daí para o "racha" foi um pulo. Dá-se a "crise no topo".

O "racha" ficou expresso na forma de dois projetos distintos, logo antes da queda de De la Rúa: "dolarização", defendida principalmente pelos bancos estrangeiros e pelas empresas privatizadas e "desvalorização" defendida pela União das Indústrias e a Frente Produtiva, representantes dos setores industriais, agro-exportadores, etc.

Nenhum desses projetos significa mudanças substanciais na configuração do capitalismo argentino, nem solução para os problemas vividos pelos trabalhadores daquele país, apenas elucida os conflitos de interesses entre os diversos setores que compõem (ou compunham) o bloco de poder. Dito de outra forma: "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Outra vertente que precisa ser abordada para situar melhor a crise no topo é a disputa inter-imperialista, entre os blocos europeu e norte-americano. O capital espanhol teve uma inserção bastante "agressiva" no processo de privatização e é presença marcante no setor financeiro. O Tio Sam não é chegado a "furdunços" no seu terreiro. No ápice da crise o banco Bilbao Viscaya ameaçou bater em retirada do país.

Outra questão: a ação do FMI perante o desdobramento dos fatos reforça o Mercosul ou joga água no moinho da ALCA? No momento ficaremos com as interrogações. Isto é assunto para futuras matérias.

A TEORIA LENINISTA DA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

A primeira grande lição a ser apreendida nesta atual crise argentina é que as conjunturas dentro de uma economia capitalista não podem ser tratadas como uma linha reta de onde podem ser deduzidas táticas que não levam em conta os momentos de rupturas abruptas, de ebulições e explosões de descontentamento como este que levam milhares de pessoas as ruas, desrespeitando e enfrentando um Estado-de-Sítio e o toque de recolher, fazendo cair sucessivamente em um período de onze dias cinco presidentes, questionando todas as instâncias de poder do Estado burguês, sem exceção, abrindo perspectivas para uma das classes antagônicas. No caso dos trabalhadores com um projeto seu, socialista, se estiver preparado para tanto. Caso contrário, para a burguesia, que poderá lograr superar a crise e ingressar em um novo patamar de acumulação e exploração. Lênin já tratou deste assunto no início do século passado, quando escreveu em seu *A bancarrota da Internacional*:

“A um comunista não lhe cabe dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária; ademais, nem toda situação revolucionária desemboca numa revolução. Quais são, em termos gerais, os sintomas distintivos de uma situação revolucionária? Seguramente não incorreremos em erro se assinalarmos estes três sintomas principais: 1) a impossibilidade para as classes dominantes de manter imutável sua denominação; tal qual crise das ‘alturas’, uma crise na política das classes dominantes que abre uma brecha por onde irrompem o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que estale a revolução não basta que ‘os de baixo não queiram’, senão que é necessário, ademais que ‘os de cima não possam’ seguir vivendo como até então. 2) uma agravação, fora do comum, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas. 3) uma intensificação considerável, por estas causas, da atividade das massas, que em tempos de ‘paz’ se deixam espolar tranqüilamente, porém, que em épocas turbulentas são empurradas, tanto por toda a situação de crise, como pelos mesmos ‘de cima’, para uma ação histórica independente.

Sem estas mudanças objetivas, não só independentes da vontade dos distintos grupos e partidos, senão também da vontade das diferentes classes, a revolução é, como regra geral, impossível. O conjunto dessas mudanças objetivas é precisamente o que se denomina situação revolucionária. Esta situação se deu em 1905 na Rússia e em todas as épocas revolucionárias do Ocidente; porém também existiu na década de 60 do século passado na Alemanha, em 1859-1861 e em 1879 na Rússia, apesar de que não houve revolução nesses casos. Por que? Por que nem toda situação revolucionária origina uma revolução, senão tão somente a situação em que às mudanças objetivas acima enumeradas se agrega uma mudança subjetiva, a saber: a capacidade da classe revolucionária de levar a cabo ações revolucionárias de massa o suficientemente fortes para romper (ou quebrar) o velho governo, que nunca, nem sequer nas épocas de crise, ‘cairá’ se não lhe ‘fizer cair’.

Na citação acima reside a essência, o núcleo da TEORIA DA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA, desenvolvida por Lênin, que se constitui uma arma de grande alcance revolucionário que deve munir a todos àqueles que, nos tempos presentes, — vez que a rápida evolução dos fatos que se desencadeiam na infra-estrutura da sociedade e os subseqüentes desencadeamentos dos movimentos de massas daí derivados, como os recentes acontecimentos do Equador, Argentina e Venezuela, só para citar os que estão mais próximos de nós, deverão se deparar com uma organização da classe do trabalho, que esteja munida de todos os apetrechos orgânicos e políticos necessários capazes de levar adiante as situações revolucionárias que irão irromper. No conjunto desses apetrechos, uns de ordem teórica, outros de natureza estratégica, outros de cunho tático, outros ainda de ordem organizativa, etc., a teoria da situação revolucionária joga papel decisivo para os caminhos da revolução — e isto porque é através dela que poderemos “medir” e identificar qualitativamente as conjunturas em suas conexões, nos seus avanços e revezes e, bem assim, nas possibilidades que as classes, quando munidas de determinados meios cumulativos, podem tanto potencializar como desfazer situações revolucionárias concretas sob processos de maturação.

Só e unicamente a teoria da situação revolucionária pode, como um “relógio”, “dar o tempo” da revolução, vale dizer, “datá-la” — metáfora esta, evidentemente, que não pode, em se tratando de uma teoria e de um instrumento político para uma intervenção política numa realidade social, ser tomada ao pé da letra como uma formulação mecanicista. O termo “datar a revolução” não leva nenhuma conotação de exatidão estatística ou de corte positivista, mas tão somente — o que não é pouco! — a possibilidade de apreensão de inclinações, com elevada margem de segurança política, dos fatos sociais, distantes ou próximos dos momentos insurrecionais, analisados dialeticamente. Um profundo domínio desta teoria é imprescindível para o manuseio político, evita vagar sem a compreensão das inclinações mais profundas e decisivas dos fatos e bloqueia, no nascedouro, tendências voluntaristas, deterministas ou voltadas para a acomodação e o reformismo. Com efeito, saber quando e para onde as conjunturas estão se movendo, com que velocidade estão se deslocando, quando e em que medida seus componentes inflamáveis estão entrando em acordo e confluência entre si, a que ação constitutiva e a que ações dispersivas estão (ou não) sujeitas, que e para quês tais e quais momentos são chegados, etc., tudo isso é imprescindível para quem se coloca como direção política da classe trabalhadora.

A PERSPECTIVA IMEDIATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES NA ARGENTINA

A situação revolucionária, a crise objetiva do capitalismo esta dada na Argentina. Porém a classe que deveria entrar em cena, potencializando a crise, munida de um projeto seu, está completamente desarmada e despreparada para tal tarefa, pelos motivos já ressaltados na citada matéria sobre a crise, bem como pela observação empírica dos movimentos que ganharam as ruas, praças e avenidas desse país, movimentos que seguem, mas, de forma circular, sem perspectivas à vista de superação desse patamar, não obstante o seu ímpeto, irrompendo-se por sobre as direções reformistas e sindicais.

Não se trata apenas do desarme da classe trabalhadora na Argentina, trata-se de uma crise mundial do movimento operário, que foi desarmada política e organizativamente, impedida de atuar de forma revolucionária diante dessas situações que se abrem e tendem a se abrir com muito mais frequência, pois esta crise do capital, que já dura mais de 30 anos, não dá sinais de que irá arrefecer, ao contrário, a tendência é de aprofundamento.

Na Argentina de hoje não existe nenhuma alternativa de poder pelos trabalhadores, nem sequer embrionariamente. As novas organizações de desempregados e as assembleias de vizinhos estão muito distantes de serem uma alternativa de poder. É impossível observar a situação da Argentina na atualidade e não cair na tentação de fazer comparações com a situação da Rússia de 1917. Neste último país, contudo, além da crise revolucionária havia também os *soviets* (Conselhos) e comitês de fábrica, consciência socialista e um partido revolucionário com influência de massas.

As debilidades e carência do movimento operário não mostram nenhum sinal de que poderão ser resolvidas em meio à atual crise. Faltam, na totalidade ou quase totalidade, os ingredientes subjetivos para a classe trabalhadora: partidos revolucionários, organizações autônomas dos trabalhadores que apontem na construção do poder da classe, enfim, consciência socialista e tradição de independência de classe (mesmo tendo conseguido nessas jornadas passar por cima das carcomidas organizações sindicais e suas direções que passaram a ser tratados como aquilo que verdadeiramente são: inimigos de classe).

ONDE RESIDE O DESARME DA CLASSE OPERÁRIA

A concepção da situação revolucionária de Lênin está umbilicalmente ligada à concepção de Estado de Marx, Engels e dele próprio. Lastreiam-se no princípio e no conceito de *dominação de uma classe sobre a outra*, e não, como acontece em Gramsci e em outros, *no conceito de hegemonia de uma classe sobre as demais* (num contexto no qual, pela própria natureza do conceito, não existe exclusão completa, de uma classe, a dominada, pela outra, a dominante, da convivência política no Estado, etc.) e outras

formulações que não implicam necessariamente no estágio de *ruptura com síntese completa* que está inscrito na teoria da situação revolucionária em seu desdobramento.

De fato, a *dominação*, que pressupõe a exploração, a opressão e a possibilidade concreta da repressão completa, também pressupõe, a seguir, a exclusão da classe explorada e oprimida dos esquemas de Poder, não restando às classes exploradas e oprimidas outra alternativa senão a antítese desta situação, vale dizer, a revolução ou a ruptura completa através da qual o esquema de dominação é revertido em seu oposto: a classe que estava à cabeça da dominação e no exercício dela passa cabalmente à condição de classe dominada e, portanto excluída do Poder de Estado (proletário). Já o conceito de *hegemonia*, que é apenas uma partilha desigual, pode permitir o pressuposto (o que foi fartamente feito a partir dos desdobramentos das concepções estratégicas de Gramsci) de uma partilha "mais igualitária" de classes antagônicas na estrutura de Poder. Foi disso que se originou o eurocomunismo italiano e não é por acaso que Gramsci, seus sucessores e outros dirigentes "comunistas" abandonaram ou deram as costas à teoria da situação revolucionária, como não é por acaso que nestes tempos de deserção cabal, ninguém leve em consideração teoria tão rica e prenhe de significado científico, portanto revolucionário, no desenho estratégico e tático que têm de ser, dadas as condições e circunstâncias em que são formuladas — dentro de esquemas de compromissos com o mundo e o Estado do capital — não de ruptura, mas de reprodução e de tentativa de perpetuação do problemático sistema capitalista.

Já a concepção de situação revolucionária elaborada por Lênin, que é fiel à concepção de Engels e Marx, não admite como pressuposto, quando desdobrada, outra síntese que não seja a ruptura, como síntese completa, do estado de dominação, que corresponde, no caso, ao Estado do capital: *os de baixo não querem mais viver e os de cima não podem mais viver como antes*. O clímax desta ambigüidade social é a ruptura revolucionária desta situação e correlação de forças e situações específicas de classe — e o clímax desta ambigüidade reside na quebra e na queda no "velho governo", com o seu Estado, com o seu Poder, com sua classe, tratando-se evidentemente, da revolução socialista. Logo, a teoria da situação revolucionária de Lênin está umbilicalmente ligada à concepção verdadeiramente marxista de Estado, classe e Poder (tal como está exposto em O Estado e a Revolução)

Assim, diante desse quadro, o mais provável é que a crise na Argentina continue a se arrastar, dentro de um caos que poderá se prolongar e se agravar, com derivações inesperadas. O que precisa ser percebido nesse processo é que a dominação de classe é um pressuposto da manutenção da ordem que implica a exploração e a necessária subjugação. Mas a subjugação ou dominação possui seus pressupostos. Uma vez desmanchados estes pressupostos, a dominação não pode ser assegurada. Eles tendem a se desmanchar dentro de uma situação objetiva, uma crise, uma crise profunda como a argentina, e podem, dentro de determinadas condições e circunstâncias — entre as quais a intromissão da *persona* revolucionária — ser desmanchada de vez e substituída por outra estrutura oposta que estava inscrita nas suas entranhas, no bojo de suas contradições. Ela pode acontecer, e acontece efetivamente, sob vários aspectos e movimentos: conflitos paralisantes no seio da direção da classe dominante, um processo de corrupção generalizado e insustentável (capaz de desmoralizar por completo o governo da classe dominante — processo este que nunca se dá sozinho), a completa desatenção, seja por qual motivo for (inclusive impotência sistêmica, como já acontece no caso presente do sistema capitalista), pelas exigências mínimas relativas às condições de vida das classes populares etc.

Estes fatores, que imobilizam ou revelam a ação e o caráter espoliativo da classe dominante com seus organismos e suas instituições, diluem as condições de dominação e permitem vir à tona o seu contraponto: o sentido de negação da subjugação, da exploração, da opressão, etc., que trazem à consciência das massas as noções de liberdade, iniciativa, autogoverno, violência, organização, insurreição. E tudo toma a forma de atitudes dos "de baixo" contra os de "cima"; manifestações de vulto, greves, motins, a própria insurreição.

Para os que podem ver, as massas estão a caminho, ainda que não linear e nem com a pressa que a muitos apraz, de todos modos impulsionadas por uma crise sem precedentes no sistema do capital em sua escala internacional — crise esta que tende a reproduzir situações revolucionárias em série.

As situações revolucionárias aceleram o amadurecimento do movimento dos trabalhadores, fazendo dias parecerem anos de experiência, de acúmulo político e organizativo. Diante da impossibilidade da burguesia atender minimamente às reivindicações da população, ou a impossibilidade desta fomentar um novo ciclo de crescimento da economia a curto ou médio prazo, com a retomada do crescimento da oferta de empregos, certamente que os movimentos continuarão. Urge, portanto, tirá-lo deste atual estágio de circularidade. Eis a tarefa para os revolucionários de todo o mundo.

ÁFRICA

O PACTO DO TRÁFICO

Esclarecimentos e delimitação do tema

O tráfico de escravos é um dos temas mais polêmicos e dramáticos da História da humanidade. Neste artigo não pretendemos abordar todas as questões relativas às diferenças entre os especialistas da área. Desejamos apenas eleger algumas que nos pareçam ser as mais importantes, a saber, a demografia do tráfico e o impacto deste dentro do continente africano. Entretanto, antes de entrarmos nas questões propriamente ditas, há que se fazer algumas observações preliminares com o objetivo de traçar alguns esclarecimentos a respeito do tema proposto.

Nosso tema de análise possui algumas denominações: tráfico de escravos negreiro, tráfico atlântico de escravos, tráfico mercantilista de escravos, tráfico de escravos africanos, tráfico de escravos da era moderna, tráfico de escravos para a América. Cada uma dessas nomenclaturas busca, evidentemente, destacar um aspecto do fenômeno. A nosso ver, por conta disto, há que definirmos do que realmente se trata. Portanto, de início, vamos delimitar o tema em termos de tempo, espaço e características. Trata-se do comércio criado pelos europeus durante a chamada era moderna (séc. XVI ao XVIII), por meio do qual eram transportados escravos do continente africano para a América. Este tráfico era um dos elementos das relações internacionais definidas pelos historiadores como comércio mercantilista.

O tráfico antes dos europeus

Esta delimitação se torna importante, porque houve tráfico de escravos na África antes deste período e não criado pelos europeus. Houve o tráfico de escravos interno à África e o tráfico de escravos internacional feito pelos invasores árabes. Nestas duas modalidades, as diferenças com o tráfico iniciado pelos europeus são em quantidade e qualidade. Estes dois tráficos duraram mais tempo, iniciaram antes e acabaram depois do criado pelos europeus. Entretanto, traficaram menos escravos. Os árabes, em torno de mil anos, levaram um quarto do que fora levado para a América, isto é, em apenas um terço do tempo dos árabes, o tráfico para a América levou quatro vezes mais pessoas para fora do continente.

No aspecto da qualidade, a diferença não é menos exorbitante. No tráfico antes do europeu predominava a finalidade doméstica e feminina, enquanto este fora flagrantemente de predominância masculina. Entretanto, o que mais os diferenciou foi a resultante interna dentro da África. Basta lembrar que o tráfico europeu introduziu na África as armas de fogo. Isto teve um significado extremamente importante para as sociedades africanas da época na medida em que mudou enormemente as guerras internas na África.

Outro lado do nosso tema é frisar que o tráfico de escravo negreiro inaugura uma virada na História da maioria dos povos africanos e é considerada a primeira grande intervenção européia nos destinos deste continente. O significado para o ulterior desenvolvimento das sociedades africanas, que este tráfico causou, é o objetivo principal deste artigo.

A demografia do tráfico

Até hoje não se sabe realmente quantas pessoas foram arrancadas da África para a América; as pesquisas correspondem, em sua maioria, a estatísticas localizadas, isto é, sabe-se quantos escravos saíram de determinada região da África para outra da América em determinado momento. Só existe uma única tentativa de totalização estatística, considerada hoje ultrapassada, tanto pela antiguidade como por ter calculado por baixo, pois ficou presa às documentações existentes sem maiores deduções. Trata-se do censo do tráfico feito por um historiador americano, na década dos sessentas, chamado Philipe Curtin. Segundo este pesquisador devem ter chegado à América, durante todo o período do tráfico, no mínimo dez milhões de escravos e no máximo vinte milhões. Interessava a este estudioso saber apenas quantos escravos chegaram à América. Seu objetivo era ver a dimensão da escravidão neste continente, portanto, seu interesse era a escravidão americana. Ele viu o tráfico a partir da América.

Diferente será vê-lo a partir da África. Neste caso, há que saber quantos morreram desde a captura, transporte do interior ao litoral, na espera pelos navios traficantes nos galpões dos portos e durante a travessia do Atlântico. A estimativa é de cinco para um, isto é, de cada escravo chegado vivo na América cinco morreram, isto elevaria o montante para cem milhões de pessoas. Se este número é aterrorizador para os tempos atuais, levando-se em conta a época, fora catastrófico. Portanto, por trás do tráfico há um genocídio que nunca será por demais denunciado.

O impacto do tráfico dentro da África: as diferentes abordagens

Neste aspecto, as controvérsias são maiores. Há os que enfatizam o lado “positivo” por conta de que o tráfico permitiu a ligação da África com o mundo. Através de sua entrada em um comércio mundial o continente africano teve acesso a maior número e variedade de mercadorias; em outras palavras, maiores riquezas entraram no continente. Outras análises se concentram no intercâmbio cultural em que o Oceano Atlântico fora o grande veículo, pois foi nele que aconteceu o chamado comércio triangular (entre América, África e Europa), cujo tráfico de escravos era um dos elementos principais. O tráfico é visto como sendo uma espécie de instrumento desta troca e fusões de culturas. A resultante foi uma integração cultural, em nível quase mundial, cujo tráfico teve importância já que fora ele que permitiu aos africanos expandirem sua cultura pelo mundo, notadamente na América, mas não só neste continente. Este tipo de análise que está sendo bastante utilizada ultimamente é, por assim dizer, a corrente de análise culturalista.

Outra forma de abordagem busca enfocar os aspectos “negativos”. O tráfico é visto como uma catástrofe para o continente africano. Neste caso, os africanos são apresentados como vítimas que foram levadas à força para um mundo alheio ao seu. Estão na posição de agredidos, inofensivos e, até certo ponto, passivos diante do seu destino, salvo as rebeliões que aconteceram aqui e acolá, mas que foram impotentes no sentido de por fim ao comércio de almas, como querem alguns — eu diria de corpos.

Há diferenças óbvias entre as intenções das duas abordagens, pois a primeira tenta encobrir o lado violento do tráfico e a segunda, ao contrário, tenta desmascarar esta visão, denunciando o aspecto violento do mesmo. À parte as diferenças, há algo que se pode abstrair destas concepções: a idéia de África como conceito de generalização. No primeiro caso, quando diz que muitas riquezas entraram no continente como se todos tivessem acesso a elas. Não fica enfatizado o fato de que apenas uma minoria de africanos apropriou-se desta riqueza e, conseqüentemente, beneficiou-se deste tráfico. No caso do intercâmbio cultural, há que se demonstrar o lado compulsório em que ele aconteceu onde

predominou a lei do mais forte, daquele que trazia as armas de fogo. No caso da tese da catástrofe, há que se colocar que nem todos os africanos envolvidos no tráfico eram escravos, pois boa parte estava exatamente do outro lado, isto é, eram escravistas ou comerciantes de escravos. Por isso, o tráfico não abalou a África de forma igual. Em verdade, foi muito proveitoso para determinados setores das sociedades africanas.

A estrutura do tráfico

Só foi possível o tráfico permanecer existindo durante três séculos e meio porque continha uma estrutura própria que permitiu sua reprodução por tão longo tempo. O aspecto fundamental desta estrutura foi a existência de Estados africanos organizados para a captura e venda de escravos ou, às vezes, como meros intermediários entre os capturadores internos e os compradores da Europa e América. O tráfico envolveu três grandes classes de comerciantes: europeus, americanos (os brasileiros se destacam) e africanos. Estes últimos funcionavam como os grandes fornecedores de escravos aos traficantes portugueses, holandeses, ingleses, franceses, estadunidenses, caribenhos, brasileiros, etc.. Os exemplos clássicos, por serem os mais conhecidos, destes Estados africanos traficantes e exportadores de escravos são o Estado do Daomé, a Confederação dos Achantis e o Reino do Congo.

Uma faixa ampla de setores sociais ganhou muito com este comércio: primeiramente os Estados europeus absolutistas, pois foram os criadores deste tráfico; junto a ele a nobreza européia em decadência econômica que se apoiou neste Estado, em seguida a burguesia comercial em ascensão na Europa; do lado da América, os traficantes que vinham buscar escravos na África, os que os vendiam pelo interior e os próprios escravistas compradores que se beneficiavam da exploração da mão de obra escrava; por fim, como vimos, os traficantes africanos. Esta talvez seja a verdadeira face deste comércio dito triangular que enriqueceu europeus, americanos e africanos. Foi este grande pacto comercial entre as classes dominantes destes três continentes que permitiu a reprodução e eficiência deste grande negócio internacional.

Há quem diga que os africanos traficantes eram traidores da raça, mas isto nada tem a ver com a realidade. Primeiro, porque nunca se viam como africanos, pois este termo veio de fora. Em segundo, agiam de acordo com suas necessidades de acumulação, isto é, eram coerentes com a classe social a que pertenciam.

As conseqüências para as sociedades africanas

Existe uma visão hipócrita e beirando ao cinismo que afirma o fato de que os europeus ao criarem o tráfico só deram continuidade ao que já existia; portanto, não são responsáveis por criarem algo novo. Nada mais contrário à verdade que este argumento, pois os europeus criaram um tráfico totalmente diferente do anterior e com conseqüências muito mais marcantes para as sociedades africanas. Este tráfico deu à luta de classes dentro da África uma nova dimensão e ferocidade, porque permitiu o enriquecimento com rapidez e facilidade antes não vistas. As resultantes foram transformar as regiões em que houve o tráfico em verdadeiros focos de guerras contínuas. Por mais que existissem guerras antecedentes, jamais foram com esta dimensão — nem as “guerras santas” mulçumanas, anteriores a este período, foram tão arrasantes.

O tráfico de escravos para a América causou na África impacto demográfico e produtivo à medida que a mão de obra fora levada para fora e as razias destruíam produções agrícolas, pastoris, artesãs e metalúrgicas. Provocou um regresso de forças produtivas, gerando, obviamente, fome em alta escala, mas, acima de tudo, ampliou enormemente as guerras dentro do continente.

CAPITAL X TRABALHO

Flexibilização das Leis Trabalhistas

O governo FHC patrocina projeto de lei com objetivo de flexibilizar leis trabalhistas. Depois das modificações nos contratos por prazo determinado e da instituição do banco de

horas extras, investe contra direitos incorporados na C. L. T. há muitos anos. Em seu apoio, aparecem sindicalistas cujo percurso de vida tem sido a traição às lutas operárias autênticas. Estes não se envergonham sequer de aparecerem em jornais com suas fotos ampliadas em publicidade paga pelo governo.

O sindicalismo, diante do fato, chegou ao nível mais degradante de traição dos últimos anos.

O discurso para justificar as alterações pretendidas funda-se em dois argumentos centrais:

a) A flexibilidade é necessária para ampliar a empregabilidade e a própria retomada do crescimento.

b) A flexibilização devolve aos interessados (patrões, trabalhadores e respectivos sindicatos) a liberdade contratual e com isso favoreceria o fortalecimento sindical e daria margem a conquistas de novos direitos.

Ora, direitos vêm sendo suprimidos e negados aos trabalhadores, que vivem com salários aviltados, e nem por isso a tal empregabilidade tem aumentado. O que se observa (um exemplo disso é a Ford na Bahia) é que as empresas estão contratando com salários mais aviltantes e, sob argumento de necessidade de despedir empregados (verdadeira chantagem) rebaixam salários sob vistas complacentes dos mesmos sindicalistas que fazem a propaganda governamental da flexibilização.

A burguesia continua dando as cartas. O capitalismo flexível (que promove uma sociedade cada vez mais para uma minoria), tem condições de mudar fábricas inteiras de uma região para outra, ou de um país para outro em busca de mão-de-obra mais barata ou de benefícios governamentais (os escandalosos incentivos como aqueles obtidos pelas montadoras de automóveis). Nestas condições, contando com governos a serviço do grande capital, as empresas ditam o que querem e alteram as legislações nacionais. Situadas em posição chave no mundo, as empresas transnacionais usam de seu poder de chantagem para fragilizar ou tornar mais dóceis os governos e passam a definir políticas, leis adequadas aos seus interesses, opções de investimentos, etc.

No Brasil, um grupo informal sem sede definida, sem registro em cartório, sem discriminação de cargos, chamado de GIE - Grupo de Investidores Estrangeiros, coordena empresas que respondem por cerca de 90% dos investidores externos no Brasil.

É o GIE o principal patrocinador das chamadas desregulamentações e das flexibilizações que o governo brasileiro tem adotado. Acena para o governo necessidade de alterações a fim de atrair investimentos estrangeiros. Com isso defende seus próprios interesses e não interesses do País, como alega a burocracia governante. Trata-se, na verdade, de submeter completamente o País à sanha dos interesses das transnacionais enquanto o capital associado nacional ou seu auxiliar recebem a rebarba.

O capital em crise busca recompor taxa de lucros em nível mais elevado. Para isso, rebaixa salários e reduz direitos. A grande imprensa divulga a idéia do custo Brasil segundo o qual as despesas com pessoal e obrigações sociais é muito grande no País. Isso não resiste ao menor exercício de comparação: qualquer País mais desenvolvido que o Brasil paga mais a seus trabalhadores e suporta contribuições sociais mais elevadas com sistema de seguridade social mais custoso. Além disso, as grandes empresas pagam menos Imposto de Renda no Brasil de que nos países mais desenvolvidos.

O discurso de retomada de crescimento, empregabilidade, custo Brasil, etc., se resume a uma palavra: farsa. Farsa que pretende acobertar uma das situações mais dramáticas: a brutal exploração dos trabalhadores lançados à humilhação de salários miseráveis e ao desemprego.

A alegação fajuta de que a flexibilização devolveria a liberdade contratual e fortaleceria os sindicatos é outra farsa. Em outros ramos do direito, o que tem ocorrido é exatamente a substituição da vontade das partes pela vontade da lei (veja-se o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Cidade, o novo Código Civil). Mas agora, no que diz respeito à legislação trabalhista fala-se em recuperar a vontade das partes. É a maneira de destruir a vontade dos trabalhadores que, com lutas, conquistaram direitos. Essa vontade não conta. Conta a vontade fragilizada ou a vontade traída pelo sindicalismo

rasteiro que ocupou junto à burguesia o primeiro plano na cena da contra-revolução instalada há alguns anos em todo o mundo.

Que sindicato sairá fortalecido? - Certamente que eles serão chamados a negociar e, nas condições impostas de desmantelamento de direitos, a negociação será necessariamente a traição. Esses sindicatos, com seus representantes corruptos, aparecerão na imprensa e estarão em evidência. Poderão mesmo ter outra chance de indicar o Ministro do Trabalho. Por que não? Nada é "imexível".

O trágico em toda essa história é o fato de alguns opositores tomarem como contraponto a velha C. L. T. e os direitos já e sempre insuficientes. É a velha covardia de não perder o que se tem, sempre substituindo a luta em busca de ampliação de direitos e mesmo em seu necessário limite - a luta por uma sociedade não capitalista, pelo socialismo autêntico e libertário (não aquilo que morreu com as velhas burocracias do leste europeu). O movimento operário, então, parece no fundo do poço. Ao prejuízo responde com prejuízo.

Mas é preciso ainda que se denuncie outra perversão da flexibilização das leis trabalhistas: o trabalho é algo complexo. O trabalhador vende sua força de trabalho continuamente. Isso tem impacto sobre seu físico e sobre sua mente. O banco de horas importa em exigência de maior esforço aqui e agora, no ato, agravando a situação do trabalhador submetido à brutal exploração. Trabalho continuado, no ritmo da máquina, impõe um cansaço que não é possível de ser recuperado, nem pago - mesmo se a jornada seguinte for diminuída, significa também abrir mão da jornada máxima diária. A consequência é a doença ocupacional, tipo LER/DORT. A fragmentação das férias apenas atende às exigências das empresas, que as programam para os momentos de menor necessidade produtiva e terão o trabalhador supostamente descansado por período maior e com maior produtividade, durante período de produção mais intensa. Após cada fragmentação, o trabalhador deverá produzir mais, potencializando lucros, aumentando mais valia. Lógica semelhante ocorre com a fragmentação do 13º. salário, do ponto de vista da economia, é apenas transferência de pagamento da parte do trabalho pago. Ou seja: parte do trabalho dos operários não é paga em duplo sentido, em primeiro lugar, porque daí tira a empresa seus lucros. O trabalho não é totalmente pago, em segundo lugar, há uma fração do trabalho pago que é transferida para o futuro. Trata-se de 13º. salário, gratificação semestral, etc. O trabalho nunca é pago pelo seu valor. A não transferência de parte do trabalho pago, permitindo seu pagamento em parcelas mensais, dará a impressão de aumento de salário e, no futuro, será assimilado em perdas salariais completamente. A negociação visará à folha mensal, incluída aí a parcela do 13º. salário fragmentada. Para os que traem isso tudo é um grande pasto. Aí cevarão seu cinismo, sua hipocrisia, seus cambalachos.

Há todo um processo de esgotamento que sinaliza para aumento do terror sobre a força de trabalho. Ao avanço da burguesia, o movimento social não tem encontrado o caminho. Mesmo a escravidão retoma espaços no momento que a burguesia considera viver o ápice da civilização. Algo muito doentio está ocorrendo sob nossos olhos e nossa angustiadas consciências, a indicar a necessidade de compreender o momento e retomar a luta.

ESPAÇO PARA POESIA

UMA REVOLUÇÃO PARA A AMORALIDADE

Ontem estavam conosco na mesma trincheira,
antes sentiam-se honrados em serem chamados
Revolucionários, socialistas ou comunistas.
Hoje a vergonha empalidece as suas faces
quando o assunto é a luta de classes.

Ontem os abraços e os apertos de mãos eram
Verdadeiramente sinceros. Aconchegantes e afetuosos.

As nossas casas recebiam de braços abertos os diversos militantes do movimento social, para se dividir o de comer ou mesmo um trivial cafezinho, quando não, um leito simples para o descanso dos guerreiros e combatentes da causa dos trabalhadores.

Antes diziam claramente as coisas sem dissimulação, sem rodeios e nem entretantos, todos se faziam entender e eram claramente entendidos por todos. As divergências, os debates acalorados, a crítica contundente eram sinônimos de vida e paixão pelas suas idéias e sonhos. Hoje embrutecidos e enrijecidos, vagueiam pelas salas e corredores gelados da superestrutura do Estado. Da base ao topo, proliferam o cinismo e a desfaçatez.

Se antes não se forjou no conjunto da militância uma moral nova e fecunda, havia pureza e sinceridade que tocavam a emoção de todos e em nada se igualava ao matreirismo, conchavos de cúpula, as alianças espúrias, as traições sinistras e amorais que embalam o sono rico dos pesadelos e pobre de utopias daqueles que se venderam ao capital.

Ser contra-revolucionário ao lado da burguesia parece cair bem. Aos que até pouco tempo poderiam ser chamados de companheiros e camaradas, resta o consolo dos vermes e das baratas, que de fato vivem a incomodar à todos aqueles que habitam o mundo do trabalho e nutrem ainda o sonho da sociedade igualitária e liberta.

Neste momento, aumenta-se a dispersão ideológica mas a vontade não pode ser confundida com picaretagem. Aumentam-se e proliferam-se os retrógrados e reacionários métodos paternalistas, personalistas, oportunistas e autoritários com um cunho muitas vezes de tonalidade fascista, que nega de vez quaisquer resquícios de prática socialista e proletária. Mas que, combina-se cada vez mais com o conjunto da burguesia, Do seu parasitismo e da sua mesquinhez insana.

Mas a revolução ainda fará novos filhos. Que juntamente com aqueles que teimam em combater com dignidade, lutarão com força para não desaparecer a beleza do sonho e a grandeza da proposta.

Odisseu Aranha da Roseira

MORREU NERINO

Trabalhador,
mais de 50 anos,
casado,
cinco filhos,
profissão: pedreiro,
motivo do falecimento:
crânio esmagado por
automóvel em via pública.

Assim foi embora um batalhador,
homem que não fazia corpo mole,
labutava do jeito que o diabo gosta,
de domingo a domingo,

feriado, dia santo e ano bom,
ainda restava-lhe tempo para
consertar sua moradia,
pois retelhou a casa
de noite nas horas vagas.

Um bruto,
verdadeiro burro de carga,
que só pensava em afogar
as mágoas no copo de cachaça.

Tonto e bêbado foi-se,
como foram tantos os que se
esforçaram na ilusão da melhora
no mundo cão.

Mas como sempre
ou vai-se para a luta,
ou habita-se a sarjeta.

Odisseu Aranha da Roseira